
	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p> <p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
TERMO DE REFERÊNCIA		

PAE nº 2026/2118678

1) OBJETIVO DO TERMO DE REFERÊNCIA.

1.1 O objetivo do presente Termo de Referência tem por objetivo a aquisição de **MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA HEMODIÁLISE CONTÍNUA - DIÁLISE A BEIRA LEITO, com o fornecimento de EQUIPAMENTO EM COMODATO**, a fim de atender as necessidades da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, conforme as especificações e quantidades constantes no ANEXO I.

1.2 O procedimento licitatório será conduzido na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, por meio do sistema de registro de preços, com adoção do critério de julgamento por menor preço por lote e modo de disputa aberto. Essa metodologia visa assegurar ampla concorrência, transparência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

1.3 Ademais, esta abordagem está plenamente alinhada à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, garantindo que o processo de aquisição seja conduzido com legalidade, eficiência e economicidade.

2) DEFINIÇÃO OBJETO.

2.1 Com base no estudo técnico preliminar anexado, o presente Termo de Referência (TR) foi elaborado com o objetivo de fornecer os elementos necessários e suficientes, para a realização de procedimento de contratação por meio de Pregão Eletrônico, utilizando-se do **Sistema de Registro de Preços** para a aquisição de **MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA HEMODIÁLISE CONTÍNUA - DIÁLISE A BEIRA LEITO, com o fornecimento de EQUIPAMENTO EM COMODATO**, pelo critério de julgamento de menor preço por lote.

2.2 A presente solicitação de aquisição de material médico hospitalar para hemodiálise contínua – diálise à beira leito, com fornecimento de equipamento em regime de comodato, fundamenta-se na necessidade de garantir atendimento integral e ininterrupto aos pacientes críticos internados em unidades de terapia intensiva ou em leitos hospitalares que impossibilitam o deslocamento até a unidade de hemodiálise convencional. A hemodiálise contínua à beira leito é um procedimento essencial para pacientes em estado grave, permitindo o tratamento imediato das disfunções renais agudas e contribuindo diretamente para a estabilidade clínica e a sobrevida desses pacientes. A indisponibilidade de materiais adequados ou de equipamentos compatíveis compromete a segurança do cuidado e pode acarretar desfechos clínicos adversos. Além disso, o fornecimento do equipamento em regime de comodato representa uma solução economicamente viável, permitindo o acesso a tecnologias atualizadas sem a necessidade de aquisição definitiva, o que reduz os custos diretos com aquisição de bens de alto valor e garante maior flexibilidade na gestão da infraestrutura hospitalar.

2.3 O embasamento técnico que acompanha esta justificativa demonstra a relevância e a urgência da aquisição, considerando a demanda crescente por atendimentos de alta complexidade e a necessidade de garantir suporte renal contínuo em ambiente hospitalar. A adoção dessa medida é estratégica para manter a qualidade da assistência, preservar a saúde dos pacientes e assegurar a continuidade dos serviços prestados pela instituição. Dessa forma, a aquisição dos materiais, acompanhada do fornecimento dos equipamentos em comodato, configura-se como ação imprescindível para a manutenção da capacidade assistencial da unidade hospitalar e para o cumprimento de sua missão institucional no cuidado à saúde da população.



TERMO DE REFERÊNCIA

3) O QUE SERÁ CONTRATADO?

Lote	Item	Objeto	FSCMPA	FHCGV	Valor Unit	Valor Total
01	01	<p>KIT (COMPLETO) PARA TERAPIA EM EQUIPAMENTO DE DIÁLISE/HEMODIÁLISE CONTÍNUA (SISTEMA INTEGRADO) CONTENDO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dialisador de uso único para diálise aguda assistida por uma máquina, indicado para as seguintes terapias: hemofiltração, hemodiálise e hemodiafiltração venovenosas contínua (CVVH, CVVHD, CVVHDF) e plasmáfereze. Dialisador de alto fluxo, membrana biocompatível, com área de superfície aproximada de 0.2 a 1.8 m². - Equipo tipo cassete para hemodiálise de uso único composto por: 01 linha arterial, 01 linha venosa, 01 linha de drenagem, 01 linha de dialisato. - Adaptador para conexão das bolsas de citrato, dialisato e substituição. - Bolsa coletora de efluentes de 5 litros a 10 litros com válvula de drenagem, e conector luer-lock ou spike para coleta de solução de diálise e ultrafiltração, que promova barreira antimicrobiana e abertura asséptica, contendo os demais dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. - Linha ou bolsa aquecedora descartável para solução dialítica ou sangue, estéril, abertura asséptica, contendo os demais dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Este item é dispensável para as tecnologias que não o necessitarem. 	200	200	R\$ 2.136,50	R\$ 854.600,00

TERMO DE REFERÊNCIA

		em terapia de substituição renal contínua. Esterilizado via raios gama materiais: Tubo pvc, sem látex, trava luerlock abs. Embalagem unitária que promova barreira microbiana e abertura asseptica, com dados de identificação, nº de lote, data validade, esterilização, e registro na anvisa/ms, este item é dispensável para as tecnologias que não o necessitem.				
	02	Solução dialisante para diálise contínua. Solução base para hemodiálise contínua. Solução eletrolítica estéril para uso extracorpóreo dialítico em procedimentos de diálise contínua.	4200	4200	R\$ 95,75	R\$ 804.300,00
	03	Solução de citrato de trisódico 4% (136 mmol/l) ou 0,5% (18mmol/l). Embalagem bolsa plástica, sendo o volume de até 5000 ml contendo os demais dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	2100	2100	R\$ 160,74	R\$ 675.108,00
	04	Kit para troca plasmática (plasmaférese terapêutica) composto de: via de retirada do sangue total e retorno dos elementos remanescentes; via para conexão da solução anticoagulante; via para conexão de solução salina e para conexão do fluido de reposição; bolsa para descarte do plasma removido; catabolha com filtro; descartável, atóxico, apirogênico e estéril; o circuito descartável deverá ser em sistema fechado (com filtro de ar), dotado de linhas pinças e bolsas, acompanhado de todos os componentes necessários e em quantidade suficiente ao procedimento. Estéril, apirogênico, descartável, possuir registro anvisa	20	20	R\$ 2.161,05	R\$ 86.442,00

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p> <p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
TERMO DE REFERÊNCIA		



VALOR GLOBAL ESTIMADO	R\$ 2.420.450,00
------------------------------	-------------------------

3.1 - A aquisição dos itens deve ser em LOTE único por se tratarem de componentes interdependentes de um mesmo sistema terapêutico integrado, utilizados de forma conjunta nos procedimentos de diálise/hemodiálise contínua e plasmaférese terapêutica. A compra em lote assegura compatibilidade técnica entre kits, soluções dialisantes, soluções anticoagulantes (citrato) e kits de troca plasmática, evitando riscos operacionais, falhas de conexão e incompatibilidades que possam comprometer a segurança do paciente e a eficácia clínica. Além disso, a contratação em lote garante padronização dos insumos, otimiza a logística e o controle de qualidade, facilita a rastreabilidade, reduz riscos de desabastecimento e assegura a continuidade do tratamento de pacientes críticos, especialmente em ambiente de UTI, onde a interrupção do serviço pode resultar em graves prejuízos assistenciais.

4) NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

4.1- QUAL A JUSTIFICATIVA PARA ESTA CONTRATAÇÃO?

4.1.1- A aquisição do Kit Completo para Terapia em Equipamento de Diálise/Hemodiálise Contínua (Sistema Integrado) é necessária para atender à demanda de pacientes críticos que necessitam de terapias de substituição renal contínua e procedimentos de plasmaférese terapêutica no ambiente hospitalar, garantindo segurança, eficácia e padronização nos procedimentos. O kit inclui dialisador de uso único de alto fluxo com membrana biocompatível e área de superfície adequada, permitindo a realização das terapias de hemofiltração, hemodiálise, hemodiafiltração venovenosa contínua e plasmaférese com eficiência na depuração de toxinas e no controle do equilíbrio hídrico e eletrolítico. Possui equipo tipo cassete e adaptadores específicos que asseguram a conexão segura das linhas de sangue e soluções, minimizando risco de contaminação cruzada, além de bolsas coletoras de efluentes e soluções dialíticas com sistema de drenagem asséptico, barreira antimicrobiana e identificação completa, garantindo rastreabilidade e cumprimento das normas de biossegurança. Inclui também linhas e bolsas aquecedoras descartáveis para manutenção da temperatura adequada da solução dialítica ou do sangue quando necessário, linhas de infusão de cálcio e soluções de citrato esterilizadas e com conexões Luer-lock, garantindo anticoagulação controlada e segurança hemodinâmica do paciente. O kit para plasmaférese terapêutica, em sistema fechado, estéril, apirogênico e descartável, inclui todos os componentes necessários para coleta, reposição e descarte do plasma, assegurando a

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		

	kits completos e integrados proporciona redução de riscos de contaminação e infecção hospitalar, maior padronização e segurança nos procedimentos, agilidade operacional e atendimento eficiente a pacientes críticos, especialmente em Unidades de Terapia Intensiva. Diante da complexidade e da criticidade desses pacientes, a aquisição deste kit é imprescindível para garantir eficácia clínica, segurança do paciente e conformidade com normas sanitárias, incluindo registro na ANVISA, esterilidade e rastreabilidade completa dos componentes.
--	--

5) A CONTRATAÇÃO DEVE SER ITEM OU EM LOTE



5.1-O OBJETO DA CONTRATAÇÃO É POR ITEM?	<input checked="" type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim.	Justificativa: <i>(Justificativa da contratação em lote no Anexo II).</i>
--	---	--

6) A CONTRATAÇÃO POSSUI RESERVA DE COTA PARA ME/EPP:

6.1- HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?	<input checked="" type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim.	Justificativa: <i>(A não inclusão de cota reservada para ME/EPP no presente processo é tecnicamente justificada e está em conformidade com as exceções previstas na Lei Complementar nº 123/2006, artigo 49, inciso III, que estabelece que a reserva de cota pode ser afastada quando sua aplicação não for vantajosa para a administração pública ou representar prejuízo à qualidade ou complexidade do objeto a ser contratado.).</i> Indicar os itens: (Indicar os itens).
--	---	--

7) A CONTRATAÇÃO POSSUI INSTRUMENTO AUXILIAR

7.1- QUAL O PROCEDIMENTO AUXILIAR DA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Credenciamento: <input type="checkbox"/> Pré - qualificação: <input type="checkbox"/> Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): <input checked="" type="checkbox"/> Sistema de Registro de Preços (SRP): <input type="checkbox"/> Registro Cadastral: <input type="checkbox"/> Sem Instrumento Auxiliar:
--	---

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p> <p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
TERMO DE REFERÊNCIA		

8) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

8.1- QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?

8.1.1- O motivo da contratação do Kit Completo para Terapia em Equipamento de Diálise/Hemodiálise Contínua (Sistema Integrado) é atender à demanda de pacientes críticos que necessitam de terapias de substituição renal contínua e procedimentos de plasmaférese terapêutica, garantindo segurança, eficácia e padronização nos procedimentos. O kit, que inclui dialisador de uso único de alto fluxo com membrana biocompatível, equipo tipo cassete e adaptadores, bolsas coletoras de efluentes e soluções dialíticas, linhas e bolsas aquecedoras descartáveis, linhas de infusão de cálcio e soluções de citrato, além de kit para plasmaférese terapêutica, permite a realização segura e eficiente das terapias renais contínuas e da plasmaférese, reduzindo riscos de contaminação e infecção hospitalar, mantendo a hemodinâmica do paciente e garantindo conformidade com normas sanitárias, incluindo registro na ANVISA, esterilidade e rastreabilidade completa dos componentes. A contratação se justifica pela necessidade de assegurar atendimento adequado a pacientes críticos, especialmente em Unidades de Terapia Intensiva, com padronização, segurança e agilidade operacional nos procedimentos.

9) NATUREZA DO BEM



9.1- QUAL O TIPO DA NATUREZA DO BEM?

- ☒ Bens Comum.
- ☐ Bens Especial.
- ☐ Bens e Serviços Especiais.
- ☐ Obras e Serviços de Engenharia
- ☐ Outros. **Justificativa:()**.



10) PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM

10.1 - ASPECTOS GERAIS.

10.1.1- Os aspectos de qualidade, rendimento, durabilidade e segurança dos equipamentos serão assegurados com base nos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência, mesmo sem a realização de provas de qualidade ou exigência

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		

	<p>de amostras durante o processo licitatório. Isso significa que a confiabilidade e a adequação dos equipamentos às necessidades de saúde serão garantidas por meio da análise documental e técnica das especificações fornecidas pelos licitantes, em conformidade com as normas e padrões regulamentares aplicáveis.</p>
10.2 - HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?	<p><input type="checkbox"/> Justificativa: <i>(A prova de qualidade deve ser sempre justificada e deverá ser comprovada por certificação de instituição credenciada pelo CONMETRO).</i></p> <p>Sim.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
10.3 - O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?	<p><input type="checkbox"/> Justificativa: <i>(A exigência de amostra deve ser justificada).</i></p> <p>Sim.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
10.4 - HAVERÁ GARANTIA DO BEM?	<p>Justificativa:</p> <p>10.4.1 - O produto médico descartável deverá atender a todas as normas e regulamentações exigidas pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), além de possuir certificação de conformidade com as normas internacionais de qualidade (ISO 13485) e segurança, garantindo que seja fabricado com materiais adequados e seguros para o uso em ambiente clínico.</p> <p>10.4.2 - O fornecedor deverá garantir que os produtos estejam livres de defeitos de fabricação e que funcionem conforme especificações técnicas estabelecidas no termo de referência. Caso sejam identificados defeitos de fabricação ou problemas no desempenho do produto, o fornecedor será responsável pela substituição imediata do item.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p>10.4.3 - O fornecedor deverá garantir que os produtos tenham o prazo de validade adequado para o seu uso e que este prazo seja claramente indicado na embalagem. O fornecedor será responsável pela entrega de produtos com validade compatível com a quantidade solicitada, sendo substituídos sem custos caso o produto seja entregue com prazo de validade vencido.</p> <p>10.4.4 - O produto deverá ser livre de materiais tóxicos, contaminantes ou substâncias prejudiciais à saúde, garantindo total segurança ao paciente durante seu uso.</p>

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		

	<p>estejam em conformidade com as normas de biocompatibilidade exigidas para dispositivos médicos.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
10.5 - HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<p><input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens X e Y, durante N meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meio de empresa credenciada contratada por ele</i>, sem custo para a administração pública.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens em regime de comodato: MÁQUINA DE HEMODIÁLISE PARA DIÁLISE CONTÍNUA - A BEIRA LEITO.</p> <p><input type="checkbox"/> Não será prestada assistência técnica em relação aos itens X e Y.</p>

11) CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

11.1- FORMA DE CONTRATAÇÃO	<p><input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor*, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica.</p> <p><input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, caput, inciso IV, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico, pautado no art. 28 - inciso I c/c art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo definido o modo aberto para estar especificada no Edital desta aquisição.</p>
11.2- CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<p><input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.</p> <p><input type="checkbox"/> Maior desconto.</p> <p><input type="checkbox"/> Outro (<i>Descrever</i>)</p>
11.3- O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<p><input type="checkbox"/> Justificativa: <i>(Exemplo: optamos pelo sigilo em função do registro de valor que mais favorece a administração pública, para dos devidos fins, segue no ANEXO II a</i></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p>



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ



GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP

TERMO DE REFERÊNCIA

justificativa para o orçamento sigiloso):

☒ Não.

**11.4- CRITÉRIO PARA A
PROPOSTA SER ACEITA**

11.4.1- O licitante que apresentar o menor preço deverá enviar proposta conforme especificações técnicas deste Termo de Referência e ainda vir acompanhada conforme a seguir:

11.4.1.1- Especificação, quantidade e valor unitário do produto, nos termos do Anexo I deste Termo de Referência.

11.4.1.2- Nome do fabricante, marca/modelo e número do produto no Ministério da Saúde/ANVISA, no caso de equipamento.

11.4.1.3- Procedência do produto (País de origem).

11.4.1.4- Prazo de garantia contra defeito de fabricação.

11.4.1.5- Prazo de validade da proposta, que não deverá ser inferior a 3 (três) meses.

11.4.2- Deverá ser enviado em anexo à proposta da licitante:

11.4.2.1- Comprovante do Registro, Cadastramento ou Notificação do produto ofertado no Ministério da Saúde do Brasil/ANVISA, ou comprovação da ausência desta obrigatoriedade, quando for equipamento médico hospitalar.



11.4.2.2- Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pelo Ministério da Saúde do Brasil/ANVISA, ou comprovação da ausência desta obrigatoriedade quando for equipamento médico hospitalar.

11.4.2.3- Licença ou autorização da Vigilância Sanitária em favor da licitante, autorizando a mesma a comercializar o objeto desta licitação que se subordina a normas de vigilância sanitária.

11.4.2.4- Deverá também ser enviado em anexo à proposta, para efeito de julgamento técnico do produto que a licitante está disputando catálogo descritivo e figurado do item ofertado, em idioma português ou traduzido para o mesmo vernáculo por tradutor juramentado, onde constem as especificações técnicas do produto ofertado, necessárias e suficientes para verificar a sua adequação às especificações requeridas no Termo de Referência.

11.4.2.5- Contrato social atualizado ou no caso de firma individual, documento respectivo onde conste o objeto social da pessoa jurídica, bem como, quem é responsável para representá-la extrajudicialmente.



11.4.2.6- No caso de a Ata e do contrato ser assinado por procurador da licitante vencedora, deverá ser enviado o instrumento público ou particular de procuração, este com assinatura reconhecida em cartório.

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		

	<p>ou de seu Procurador, no caso de ser este o responsável pela assinatura da ATA e do contrato.</p> <p>11.4.3- Indicar o valor unitário de cada um dos itens que o licitante está disputando, cotado em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em até duas casas decimais após a vírgula.</p> <p>11.4.4- Conter o nome, estado civil, profissão, número do CPF e do documento de Identidade (RG), domicílio e cargo na empresa, da pessoa que ficará encarregada da assinatura do contrato.</p>
--	---

12) DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

12.1- DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.	12.1.1- A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogada uma única vez por igual período.
12.2- POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PREÇO REGISTRADO:	<div> <input checked="" type="checkbox"/> Sim. </div> <div> Como? O preço registrado poderá ser alterado após negociação, conforme dispostos do decreto ESTADUAL nº 3.371, de 29 de setembro de 2023. </div> <div> <input type="checkbox"/> Não </div>
12.3- DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:	<p>12.3.1- Descumprir as condições da Ata de registro de preços, sem justificativa plausível;</p> <p>12.3.2- Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela FSCMPA, sem justificativa aceitável;</p> <p>12.3.3- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;</p> <p>12.3.4- Sofrer sanção de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade;</p> <p>12.3.5- Não aceitar o preço revisado pela FSCMPA</p> <p>12.3.6- O cancelamento de registros será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.</p> <p>12.3.7- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior,</p>

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p> <p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
TERMO DE REFERÊNCIA		

	<p>comprovados e justificados:</p> <p>12.3.8- A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seu(s) anexo(s).</p> <p>12.3.9- Por razão de interesse público; ou a pedido do fornecedor.</p>
<p>12.4- O GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS</p>	<p>12.4.1- O gestor da Ata de Registro de Preços acompanhará a manutenção das condições de habilitação da detentora, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.</p> <p>12.4.2- A Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.</p>
<p>12.5- AS COMUNICAÇÕES ENTRE O ÓRGÃO OU ENTIDADE E A CONTRATADA</p>	<p>12.5.1- Devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.</p>

13) REQUISITOS DA CONTRATADA

<p>13.1- SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?</p>	<div style="display: flex; align-items: flex-start;"> <div style="margin-right: 20px;"> <input checked="" type="checkbox"/> Sim. </div> <div> <p>Qual?</p> <p>13.1.1 - Comprovação do registro dos produtos na ANVISA.</p> <p>13.1.1.1 - Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar documento que comprove o pedido de sua revalidação (protocolo) juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de revalidação do referido registro.</p> <p>13.1.1.1.1 - As empresas que não apresentarem a documentação supracitada serão automaticamente eliminadas.</p> <p>13.1.2 - Autorização de Funcionamento Empresa (AFE) do licitante, e da fabricante/ou detentora do registro na Anvisa, conforme legislação vigente, na validade, devendo apresentar cópia da AFE ou impressão da tela do site da ANVISA com a situação “ATIVA”.</p> </div> </div>
---	--



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ



GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP

TERMO DE REFERÊNCIA

13.1.3 - Licença de Funcionamento (Alvará Sanitário) atualizada da licitante e da fabricante/ou detentora do registro na Anvisa.

13.1.4 - Licença de Operação - LO, devidamente válida, junto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente da sede do município do licitante.

13.1.5 - Carta de autorização de comercialização no estado do Pará fornecida pelo fabricante em nome da licitante, não podendo subestabelecer.

13.1.6 - Todos os equipamentos listados deverão ter garantia que o ano de fabricação não exceda o ano exercício ou o anterior imediato do pedido, devendo haver indicação expressa ou declaração do licitante – assinada pelo representante legal.

13.1.7 - A licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento e/ou serviços já realizados com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto ora licitado, referentes aos produtos ofertados.

13.1.7.1 - O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo: razão social, CNPJ e endereço da entidade emitente; identificação do responsável técnico; descrição clara dos bens fornecidos e/ou serviços executados; período de execução; bem como assinatura e identificação do representante legal ou responsável pela área competente da entidade emitente.

13.1.8 - Critérios para avaliação da documentação:

13.1.8.1 - Verificar e validar a documentação técnica apresentada, incluindo os documentos pertencentes ao fornecedor e ao



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ



GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP

TERMO DE REFERÊNCIA

material;

13.1.8.2 - Verificar e validar se a proposta apresentada atende ao termo de referência;

13.1.8.3 - Compor as documentações como: Catálogo, Manual de operação (e mídia, caso possua) na língua portuguesa Brasileira;

13.1.8.4 - Embalagem: Acondicionado de acordo com a praxe do fabricante, de forma a garantir a integridade do produto até o local de uso. Deverão constar externamente na embalagem os seguintes dados: conteúdo qualitativo e quantitativo, marca comercial, procedência de fabricação, CNPJ da empresa e número do registro no Ministério da Saúde/ANVISA.

13.1.8.5 - Os documentos emitidos pela ANVISA serão analisados por profissionais da presente FSCMPA, como validade de registro e tecnovigilância do produto.

**Por
quê?**

A solicitação de documentação específica para comprovação de qualificação técnica e operacional dos licitantes neste processo de licitação é necessária para garantir que os equipamentos adquiridos para área técnica da Gerência de Equipamentos (Engenharia Clínica) – GEQP/CEFF da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA) compareçam aos elevados padrões de qualidade, segurança e conformidade técnica exigidas. Entre as exigências, destaca-se o registro dos produtos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que comprova a legalidade e conformidade dos equipamentos com as normas sanitárias vigentes.

A exigência de apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica tem por objetivo assegurar que as empresas participantes do certame possuam experiência prévia e condições efetivas de fornecer os produtos licitados em conformidade com as necessidades da Administração. Trata-se de medida de caráter preventivo, visando reduzir riscos de fornecimentos inadequados, atrasos na entrega



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ



GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP

TERMO DE REFERÊNCIA

ou descumprimento contratual.

Ao solicitar que os licitantes comprovem experiência mediante atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstra-se a aptidão técnica da empresa para cumprir o objeto, garantindo a seleção de fornecedores que já tenham atuado em situações similares.

Além disso, é obrigatório que os licitantes apresentem uma Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela ANVISA, bem como uma licença de funcionamento sanitário atualizada, emitida por órgãos estaduais ou municipais competentes, para validar a legalidade das operações das empresas participantes. Essas documentações são essenciais para garantir que tanto o fornecedor quanto os produtos oferecidos estejam devidamente regularizados, garantindo a confiabilidade do processo de aquisição.

No caso de registro de produtos vencidos, o licitante deverá comprovar que a revalidação foi solicitada, mediante protocolo e comprovante de pagamento de imposto, garantindo que a atualização do registro esteja em andamento. Da mesma forma, os licitantes que se enquadrarem em casos de registro autorizado deverão apresentar documentos que comprovem tal condição, garantindo total transparência e cumprimento das exigências legais.

Caso surjam dúvidas sobre a documentação apresentada, a comissão de licitação poderá realizar diligências, conforme previsto nos incisos I e II, parágrafos 1º e 2º do art. 64 da Lei 14.133/2021, para esclarecer possíveis inconsistências. É importante ressaltar que as propostas que não atenderem às especificações contidas no edital ou apresentarem irregularidades serão desclassificadas, garantindo que apenas empresas comprometidas e em conformidade com as exigências sejam consideradas durante o julgamento.

Por fim, é indispensável que os licitantes apresentem atestados de capacidade técnica




GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ





GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP

TERMO DE REFERÊNCIA

	<p>emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem experiência prévia no fornecida de produtos similares aos descritos no Termo de Referência. Esses atestados deverão ser emitidos em nome da matriz e/ou filial do licitante, garantindo a demonstração clara e transparente das capacidades operacionais da empresa para cumprir com as necessidades e especificações técnicas do novo CME.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>13.2- QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.</p> <p>Justificativa: <i>O referido documento certificará que o participante do certame possui pleno conhecimento das obrigações assumidas caso venha a consagrar-se vencedor do certame.</i></p> <p><input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.</p> <p>Justificativa:</p> <p><input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.</p> <p>Justificativa:</p> <p><input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial.</p> <p>Especificar: <i>(Indicar o requisito e o seu fundamento legal).</i></p> <p>Justificativa:</p> <p><input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da</p> <p>Justificativa:</p>

	<p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
<p align="center">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>		
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>		

	<p>baixa complexidade da contratação.</p>
<p>13.3- CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO</p>	<div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Sim </div> <div> <p>Qual?</p> </div> <div> <p>13.3.1- Verificar e validar a documentação técnica apresentada, incluindo os documentos pertinentes ao fornecedor e ao material;</p> <p>13.3.2- Verificar e validar se a proposta apresentada atende ao termo de referência;</p> <p>13.3.3- Compôr as documentações como: Catálogo, Manual de operação (e mídia, caso possua) na língua portuguesa Brasileira</p> <p>13.3.4- Embalagem: Acondicionado de acordo com a praxe do fabricante, de forma a garantir a integridade do produto até o local de uso. Deverão constar externamente na embalagem os seguintes dados: conteúdo qualitativo e quantitativo, marca comercial, procedência de fabricação, CNPJ da empresa e número do registro no Ministério da Saúde/ANVISA.</p> <p>13.3.5- No caso de Ata e do contrato ser assinado por procurador da licitante vencedora, deverá ser enviado o instrumento público ou particular de procuração, este com assinatura reconhecida em cartório.</p> <p>13.3.6- Documento de identidade do responsável pela licitante ou de seu Procurador, no caso de ser este o responsável pela assinatura da ATA e do contrato.</p> <p>13.3.7- Os documentos emitidos pela ANVISA serão analisados por profissionais da presente FSCMPA, como validade de registro e tecnovigilância do produto.</p> <p>13.3.8- As empresas que não apresentarem a documentação supracitada serão automaticamente eliminadas.</p> </div> <div> <input type="checkbox"/> Não. </div> </div>

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		

13.4- HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<div> <input checked="" type="checkbox"/> Sim. </div> <div> <input type="checkbox"/> Não. </div>	Especificar: <i>(Descrito no ETP e conforme disposto no Decreto nº 4.193, de 18/09/2024, do Governo do Estado do Pará que prever sobre as diretrizes e critérios de sustentabilidade a serem observados nas licitações e contratações realizadas pela Administração Pública Estadual.</i>
13.5- HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	<div> <input type="checkbox"/> Sim. </div> <div> <input type="checkbox"/> Não. </div>	Especificar: Risco de Conformidade Regulatória: Uma empresa contratada para fornecer equipamentos especializados para área técnica da Gerência de Equipamentos (Engenharia Clínica) – GEQP/CEFF da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA) deve garantir que todos os produtos e serviços estejam em total conformidade com as normas e regulamentações disposições da ANVISA e outros órgãos reguladores. O descumprimento desse critério pode resultar em deliberações, como multas, interdições ou até mesmo a impossibilidade de utilização dos equipamentos adquiridos. Quais? Risco de Qualidade e Segurança dos Equipamentos: A qualidade e a segurança dos equipamentos são cruciais para garantir a eficiência e confiabilidade dos processos de esterilização. Equipamentos defeituosos, obsoletos ou que não atendem às especificações podem comprometer a esterilização, colocando em risco a segurança dos pacientes e a integridade dos materiais. Falhas neste aspecto podem gerar responsabilidades legais e impactar valores de confiança do hospital e da empresa fornecedora. Risco Operacional: A empresa contratada assume o risco operacional relacionado à instalação, funcionamento e manutenção dos equipamentos. Problemas técnicos ou falhas



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ



GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP



TERMO DE REFERÊNCIA

nos dispositivos podem causar interrupções nos processos da Gerência de Equipamentos (Engenharia Clínica) – GEQP/CEFF, comprometendo a continuidade dos serviços hospitalares. É essencial garantir um suporte técnico ágil e eficiente para minimizar os riscos e garantir o pleno funcionamento dos equipamentos.



Risco: O contrato de aquisição de equipamentos pode estar sujeito a riscos financeiros, como aumento nos custos de transporte, instalação e manutenção, além de possíveis opções cambiais para itens importados. Caso os preços contratados sejam fixos e irrevogáveis, essas flutuações podem impactar as previsões econômicas para o fornecedor e até atrasar o fornecido.

Risco de Responsabilidade Civil: Caso os equipamentos adquiridos apresentem falhas que resultem em problemas no fornecimento de gases medicinais (Ar Comprimido Medicinal) em prejuízos à segurança dos pacientes, a empresa fornecedora poderá ser responsabilizada civilmente. Isso inclui riscos de ações judiciais e possíveis avaliações administrativas, além do impacto negativo na revisão da instituição.

Risco de Gestão de Contrato: A gestão restrita do contrato pode gerar problemas como atrasos na entrega, não conformidade com as especificações técnicas ou falta de suporte adequado. Uma comunicação ineficaz entre a empresa fornecedora e a administração hospitalar pode resultar em conflitos, insatisfação e comprometimento da relação contratual, prejudicando o andamento do projeto e a operação da Gerência de Equipamentos (Engenharia Clínica) – GEQP/CEFF.

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		

<input type="checkbox"/> Não.							
14) FORMA DE ENTREGA DO BEM							
14.1- COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?	<input checked="" type="checkbox"/> A entrega do bem deverá ser no prazo máximo de 30 (Trinta) dias após o recebimento da nota de empenho pela contratada, conforme edital. <input checked="" type="checkbox"/> O bem deve ser entregue de forma única, com todos os seus acessórios e total requisito para perfeito funcionamento.						
14.2- LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM	14.2.1- Almoxarifado Central da Santa Casa, localizado na Rua Oliveira Belo 395, no Bairro do Umarizal, CEP: 66050-380 - Belém/PA. 14.2.2- O horário de entrega é das 08:00 às 15:00 horas de segunda a sexta-feira. Podendo ser agendado pelo telefone (91) 3251-7371.						
14.3- PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE	14.3.1- Validade de insumos: 14.3.2- Quando a vida útil for igual ou inferior a 12 (doze) meses, validade mínima de 70% (setenta por cento); 14.3.3- Quando a vida útil for superior a 12 (doze) meses, validade mínima de 50% (cinquenta por cento).						
15) PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO							
15.1- PRAZO DO CONTRATO	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.						
15.2- HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Não.						
15.3- FORMA DE PAGAMENTO	<table border="1"> <tr> <td>Meio</td> <td>Ordem bancária.</td> </tr> <tr> <td>Onde?</td> <td>Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará - BANPARÁ.</td> </tr> <tr> <td>Qual o prazo?</td> <td>Até 30 (Trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.</td> </tr> </table>	Meio	Ordem bancária.	Onde?	Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará - BANPARÁ.	Qual o prazo?	Até 30 (Trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.
Meio	Ordem bancária.						
Onde?	Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará - BANPARÁ.						
Qual o prazo?	Até 30 (Trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.						

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		

	regularidade fiscal 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. <i>ou</i> 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
15.4- CONDIÇÃO PARA O PAGAMENTO	14.4.1- A forma de pagamento será por ordem bancária na conta corrente da contratada, no prazo de até 30 (Trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com comprovante de regularidade fiscal da contratada. 14.4.2- A prova de Regularidade Fiscal pode ser feita por consulta SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante, ou ainda pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
15.5- QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	<div> <input type="checkbox"/> X% do valor inicial do contrato. Justificativa: <i>(O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).</i> </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Não há. Justificativa: <i>por se tratar de pagamento posterior a entrega do objeto, não se faz necessário garantia contratual.</i> </div>
15.6- DEVERES DA CONTRATADA	15.6.1- Fornecer os produtos atendendo plena e satisfatoriamente o especificado no Termo de Referência, entregando o objeto nas quantidades e prazos estabelecidos. 15.6.2- Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto entregue. 15.6.3- A entrega do objeto deve ser com Nota Fiscal Eletrônica, de acordo com o especificado na nota de empenho, juntando a esta as Certidões de Regularidade Fiscal (FGTS, Previdenciária, Dívida Ativa da União e Receita Estadual). 15.6.4- A entrega do objeto em desacordo com o solicitado neste Termo e aprovado pelo parecer técnico, deverá ser trocado no prazo de 30 (Trinta) dias, a contar da notificação do erro.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ



GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP

TERMO DE REFERÊNCIA

15.6.5- O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

15.6.6- Os equipamentos médico-hospitalares fornecidos em regime de comodato deverão ser instalados pelo fornecedor ou seu representante autorizado.

15.6.7- Deve efetuar os testes de instalação do equipamento, realizando demonstração de seu funcionamento à equipe técnica de acompanhamento.

15.6.8- Deve fornecer à Instituição todas as informações técnicas em português, necessárias e suficientes para a operação correta e segura do equipamento (manual de operação).



15.6.9- Após a entrega, deverá ser realizado treinamento nos três turnos de funcionamento da Instituição (Manhã, Tarde e Noite), durante 03 (Três) dias seguidos, considerando a escala dos funcionários da Instituição para o equipamento: máquina de hemodiálise para diálise contínua - a beira leito.

15.6.10- Após a instalação e funcionamento dos equipamentos deverá ser agendado um treinamento a cada 06 (Seis) meses, a título de reciclagem, para os operadores dos equipamentos quanto dos técnicos de manutenção da Instituição, até o final da garantia do produto.



15.6.11- Os custos de treinamento, tanto dos operadores do equipamento quanto dos técnicos de manutenção da Instituição, incluindo a participação de especialistas (quando necessário) e o possível uso de material didático são de total responsabilidade da CONTRATADA.

15.6.12- Todas as manutenções corretivas, preventivas e calibrações necessárias para o equipamento e/ou seus acessórios dentro do período do contrato devem ser realizados pela CONTRATADA, sem ônus à Instituição e com emissão de Certificado.



15.6.13- Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito, via e-mail ou por telefone, obrigando-

	<p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
<p align="center">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>		
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>		

	<p>(quarenta e oito) horas.</p> <p>15.6.14- Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no cumprimento das obrigações deste Edital, ficando, ainda, a CONTRATANTE isentas de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiário.</p> <p>15.6.15- Fornecer os produtos novos, de primeiro uso e que estejam na linha de produção atual do fabricante e em perfeitas condições de uso, conforme as propostas apresentadas e suas especificações.</p> <p>15.6.16- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no presente instrumento.</p> <p>15.6.17- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FSCMPA.</p>
<p>15.7- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE</p>	<p>15.7.1- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;</p> <p>15.7.2- Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir as obrigações;</p> <p>15.7.3- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;</p> <p>15.7.4- Não permitir a intervenção de estranhos na instalação do equipamento contratado.</p> <p>15.7.5- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;</p> <p>15.7.6- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;</p> <p>15.7.7- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;</p>

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p> <p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
TERMO DE REFERÊNCIA		

	<p>15.7.8- Rejeitar os serviços ou insumos nas quais as especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes no Termo de Referência e seus anexos;</p> <p>15.7.9- A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;</p> <p>15.7.10- Cabe ao setor da Gerência de Equipamentos (Engenharia Clínica) – GEQP/CEFF notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;</p>
<p>15.8- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.</p>	<p>15.8.1- Serão aplicáveis, no que couberem, as sanções administrativas descritas na Lei nº 14.133/21, além de outras normas complementares.</p>
<p>15.9- RESPONSÁVEL PELA GESTÃO / FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.</p>	<p>15.9.1- A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos designados Representantes da Administração, para o acompanhamento e a fiscalização do contrato, conforme artigo 117 da lei 14.133/21.</p> <p>15.9.2- Para fiscal do contrato indicamos o Sr. LUÍS CARLOS BRAGA CAMPELO, Gerente de Equipamentos, matrícula Nº 5958955/2, lotado na Coordenação de Estrutura Física Funcional e Patrimônio - CEFF, Telefone: (91) 4009-7305, e-mail: luis.campelo@santacasa.pa.gov.br</p> <p>15.9.3- Para fiscal substituto indicamos o Sr. MAURÍCIO SOLON DA SILVA, Engenheiro Clínico, matrícula 5960411/1, lotado na Coordenação de Estrutura Física Funcional e Patrimônio - CEFF, Telefone: (91) 4009-7305, e-mail: mauricio.solon@santacasa.pa.gov.br</p> <p>15.9.4- A presença de fiscalização pela CONTRATANTE não elide, assim como não diminui a responsabilidade da CONTRATADA com suas obrigações contratuais.</p>

	<p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
	<p align="center">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>		

16) PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
<p>16.1- DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO.</p>	<div> <div> Funcional</div> <div> Programática xxx.</div> <div> :</div> <div> Elemento de</div> <div> Despesa: xxx.</div> <div> Fonte do</div> <div> Recurso: xxx.</div> </div> <p>Obs.: Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.</p>



Belém, 24 de Março de 2026.

Maurício Solon da Silva
Engenheiro Clínico
GEQP/CEFF
Matrícula - 5960411/1

ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Luís Carlos Braga Campelo
Gerente de Equipamentos
GEQP/CEFF
Matrícula - 5958955/2

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		

ANEXO I
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Lote	Item	Objeto	FSCMPA	FHCGV
01	01	<p>KIT (COMPLETO) PARA TERAPIA EM EQUIPAMENTO DE DIÁLISE/HEMODIÁLISE CONTÍNUA (SISTEMA INTEGRADO) CONTENDO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dializador de uso único para diálise aguda assistida por uma máquina, indicado para as seguintes terapias: hemofiltração, hemodiálise e hemodiafiltração venovenosas contínua (CVVH, CVVHD, CVVHDF) e plasmáfereze. Dializador de alto fluxo, membrana biocompatível, com área de superfície aproximada de 0.2 a 1.8 m². - Equipo tipo cassette para hemodiálise de uso único composto por: 01 linha arterial, 01 linha venosa, 01 linha de drenagem, 01 linha de dialisato. - Adaptador para conexão das bolsas de citrato, dialisato e substituição. - Bolsa coletora de efluentes de 5 litros a 10 litros com válvula de drenagem, e conector luer-lock ou spike para coleta de solução de diálise e ultrafiltração, que promova barreira antimicrobiana e abertura asséptica, contendo os demais dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. - Linha ou bolsa aquecedora descartável para solução dialítica ou sangue, estéril, abertura asséptica, contendo os demais dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Este item é dispensável para as tecnologias que não o necessitem. <p>Linha para infusão de cálcio para uso em terapia de substituição renal contínua. Esterilizado via raios gama materiais: Tubo pvc, sem látex, trava luerlock abs. Embalagem unitária que promova barreira microbiana e abertura aséptica, com dados de identificação, nº de lote, data validade, esterilização, e registro na anvisa/ms, este item é dispensável para as tecnologias que não o necessitem.</p>	200	200
	02	Solução dialisante para diálise contínua. Solução base para hemodiálise contínua. Solução eletrolítica estéril para uso extracorpóreo dialítico em procedimentos de diálise contínua.	4200	4200
	03	Solução de citrato de trisódico 4% (136 mmol/l) ou 0,5% (18mmol/l). Embalagem bolsa plástica, sendo o volume de até 5000 ml contendo os demais dados de identificação do produto, marca do	2100	2100



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ



GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP

TERMO DE REFERÊNCIA

04	<p>KIT para troca plasmática (plasmaférese terapêutica) composto de: via de retirada do sangue total e retorno dos elementos remanescentes; via para conexão da solução anticoagulante; via para conexão de solução salina e para conexão do fluido de reposição; bolsa para descarte do plasma removido; catabolha com filtro; descartável, atóxico, apirogênico e estéril; o circuito descartável deverá ser em sistema fechado (com filtro de ar), dotado de linhas pinças e bolsas, acompanhado de todos os componentes necessários e em quantidade suficiente ao procedimento. Estéril, apirogênico, descartável, possuir registro anvisa</p>	20	20
<p><u>EQUIPAMENTO EM COMODATO</u></p> <p>A licitante deverá fornecer, em regime de comodato, UMA MÁQUINA DE HEMODIÁLISE PARA DIÁLISE CONTÍNUA - A BEIRA LEITO, compatível com os kits, com a seguinte descrição técnicas:</p> <p>Aparelho para tratamento de pacientes portadores de injúria renal aguda com indicação de realização suporte renal artificial contínuo e procedimentos de hemoperfusão (Hemodiafiltração veno-venosa contínua com pré ou pós diluição (Pré CVVHDF ou Pós CVVHDF); Hemodiafiltração veno-venosa contínua com pós diluição e anticoagulação com citrato e cálcio; Hemodiálise veno-venosa contínua (CVVHD); Hemodiálise veno-venosa contínua e anticoagulação com citrato e cálcio; Hemofiltração veno-venosa contínua com pré ou pós diluição (Pré CVVHF ou Pós CVVHF). - Pannel com monitor LED com tela colorida e sensível ao toque (touch screen);</p> <p>- Funcionamento controlado por microprocessador;</p> <p>- Em terapias de substituição de volume o equilíbrio é controlado de forma gravimétrica através de balanças, com possibilidade de aquecimento dos líquidos dialisante e de substituição de acordo com o modo de tratamento e a temperatura ambiente ou acessório integrado ao software para controle preciso do aquecimento do sangue de retorno;</p> <p>Deve possuir:</p> <p>- Bombas dedicadas a terapia, todas integradas: Bomba de sangue; Bomba de dialisato; Bomba de substituição; Bomba de filtração; Bomba de cálcio; Bomba de citrato.</p> <p>- Bolsa de filtrado para recolher os líquidos ultrafiltrado, dialisante usado e de substituição;</p> <p>- Cassete de linhas com dialisador com montagem intuitiva e com auxílio através de imagens e textos em cada etapa de montagem;</p> <p>- Detector de cassete para distinguir as áreas dos cassetes;</p> <p>- Controle do tempo de vida do dialisador e das linhas através do tempo total</p>		2	2



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ



GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP

TERMO DE REFERÊNCIA

de tratamento e do volume de sangue que passou pelo sistema de linhas;

- Fluxo variável de ultra filtrado entre 0 ml/h a 990 ml/h;
- Esquema de alarmes para unidade de terapia intensiva e para outras unidades;
- Anticoagulação através de infusão por bomba de heparina, programável e para uso com seringas comerciais de 30 e 50 ml;
- Anticoagulação regional através de infusão por bomba de citrato e bomba de cálcio para utilização contínua, programável e para o uso de bolsas comerciais;
- Dose de citrato entre 2 a 6 mmol/l;
- Dose de cálcio entre 0,1 a 3,0 mmol/l;
- Ajuste automático do fluxo de citrato quando houver alteração no fluxo da bomba de sangue;
- Indicação visual de gráficos, ajustes, alarmes, dados numéricos e parâmetros do tratamento;
- Controle dos fluxos de sangue, filtrado, dialisante e substituição;
- Controle das pressões de acesso, pré-filtro, retorno, filtrado e pressão da transmembrana (PTM);
- Controle da temperatura do sangue ou dos líquidos dialisante e de substituição;
- Auto teste de todas as funções da máquina, com bloqueio para situações anormais;
- Ajuste automático do nível de sangue na câmara de gotejamento (câmara venosa), mas com opção para ajuste manual;
- Detector de bolhas de ar por ultrassom, com bloqueio da linha de retorno;
- Monitorização e alarme com detector de fuga de sangue e da monitorização da pressão de retorno, com bloqueio imediato;
- Monitorização da pressão de acesso para detectar bloqueio da agulha ou do cateter.
- Proteção temporária da tela contra operação para desinfecção de superfície em modo diálise;
- Bateria interna recarregável para a falta de energia;
- Permissão para a utilização de aparelhos ECG (observar avisos do fabricante do aparelho ECG);
- Operar preferencialmente em rede elétrica de 220 Volts com grau de proteção ao paciente do tipo BF, à prova de desfibrilação, e obrigatoriamente na frequência da rede elétrica de 60 Hz (sessenta Hertz);



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ



GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP

TERMO DE REFERÊNCIA

preparas ou adicionadas) bem como o kit, precisam ser tecnicamente compatíveis entre si e com o modelo de equipamento.

Os itens precisam ter validade de pelo menos um ano.

DAS MANUTENÇÕES

Para fins desta contratação, apresentamos os seguintes conceitos:

a) Manutenção preventiva: os serviços de revisão, limpeza, calibração, testes, regulagens, substituição de peças desgastadas pelo uso, substituição de componentes elétricos e eletrônicos em geral, verificação da limpeza e da conservação da pintura dos equipamentos, com os objetivos de evitar da ocorrência de defeitos e acidentes, bem como garantir o contínuo e perfeito funcionamentos com segurança dos equipamentos, conforme as normas e os projetos construtivos dos mesmos.

b) Manutenção corretiva: os serviços de reparos para eliminar defeitos decorrentes do uso normal dos equipamentos; testes das funções operacionais dos aparelhos, acessórios e periféricos, calibração geral após os reparos; limpeza externa e interna de todos os aparelhos, acessórios e periféricos, incluído quando necessários à substituição das peças necessárias, para garantir o perfeito funcionamento e segurança dos mesmos.



c) Calibração: entende-se por calibração, um conjunto de operações que estabelecem, sob condições especificadas, a relação entre valores indicados por um instrumento de medição e os valores correspondentes aos padrões rastreados a RBC (rede brasileira de calibração) utilizados.

d) Teste de Segurança elétrica: Conjunto de testes que avaliam a resistência de isolamento, a resistência de aterramento e fuga de corrente elétrica (para o terra e através do gabinete e do paciente) de um equipamento eletrônico. Os testes de segurança elétrica deverão ser aplicados conforme a classe do equipamento e o tipo de suas partes aplicadas, determinando respectivamente o tipo e o grau de proteção contra choque elétrico.

e) Peças: toda e qualquer peça, componente, acessório e/ou material auxiliar, consumíveis ou não, necessários para reparar um EMH e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido;

f) Componentes: são todos aqueles elementos importantes ao funcionamento do equipamento, mas que auxiliam as peças, não sendo tão preponderantes como estas. São bastante úteis e sua ausência ou mau funcionamento acarreta em veemente prejuízo para o bom funcionamento da máquina.

Os insumos deverão ser compatíveis com os respectivos equipamentos a serem entregues em regime de comodato.

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p> <p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
TERMO DE REFERÊNCIA		

ANEXO II - JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ADOÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO POR LOTE



A Administração desta Fundação, por meio das análises técnicas realizadas pela Gerência de Equipamentos – GEQP, busca sempre confeccionar as especificações técnicas com base nas necessidades específicas e características das unidades assistenciais, conforme as solicitações apresentadas pelas mesmas, somado às experiências anteriores, sempre dentro dos princípios da legislação vigente.

A Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais para licitações e contratos administrativos, disciplina em seu artigo 6º, inciso XXI, a necessidade de aquisição de bens e serviços essenciais à manutenção das atividades hospitalares, garantindo a continuidade dos serviços públicos de saúde. As normas que disciplinam as licitações públicas devem ser interpretadas de forma a ampliar a competitividade entre os interessados, desde que respeitadas as disposições editalícias e não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

O fornecimento contínuo de equipamentos e insumos em comodato é crucial para garantir a eficácia no tratamento dos pacientes e a segurança dos procedimentos médicos. Diante disso, a escolha do fornecedor deve considerar critérios técnicos rigorosos, incluindo certificação da empresa contratada, capacidade logística para entrega contínua e ininterrupta dos insumos, além da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos cedidos.

Os editais devem sempre buscar a proposta mais vantajosa, garantindo que o objeto contratado esteja em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência. Entretanto, se por um lado a Administração não pode restringir excessivamente a especificação do objeto sob pena de comprometer a competitividade, por outro, é necessário estabelecer requisitos mínimos que garantam a segurança operacional e a continuidade dos serviços hospitalares. Dessa forma, a Administração, exercendo seu poder discricionário, pode justificar a adoção de critérios técnicos mais específicos para o certame, de modo a assegurar a eficiência dos serviços e a economicidade do contrato.

Entendemos que as licitações devem ser conduzidas com julgamento por item, respeitando a competitividade e fomentando a ampla participação dos fornecedores, conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 14.133/2021, e art. 1º, IV da Constituição. Todavia, em especial neste caso, o procedimento pode causar inmensuráveis prejuízos ao conjunto ou complexo da licitação (questões técnicas) e/ou para a economia de escala (questões econômicas). Assim,

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP		
TERMO DE REFERÊNCIA		

lotes, desde que de tal ação não resulte em restrição à competitividade ou ainda, propicie uma redução de licitantes, o que geraria prejuízos a administração pública.

Todavia, diante de objetos complexos, distintos ou divisíveis, cabe, como regra e conforme o caso concreto justificar, a realização de licitação por itens ou lotes, conforme previsto no artigo 40, da Lei nº 14.133/2021, de modo a majorar a competitividade do certame.

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - A viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - O aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e


III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

A análise da vantajosidade econômica e operacional deve considerar aspectos como a redução de custos administrativos, a padronização dos serviços e a minimização de riscos operacionais decorrentes da fragmentação do fornecimento.

A Súmula nº247 do TCU determina que:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou

complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequarem-se a essa divisibilidade.

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p> <p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
TERMO DE REFERÊNCIA		

ou complexo ou perda de economia de escala", ou seja, estando presente quaisquer das hipóteses acima descritas, justifica-se o procedimento por agrupamento em lotes.

Sobre este tema, podemos citar a obra “**Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos**”, vários autores, da editora Malheiros, na página 74, o seguinte trecho:



“(...) em geral, a economia de escala é instrumento fundamental para diminuição de custos. Quanto maior a quantidade a ser negociada, menor o custo unitário, que em decorrência do barateamento do custo da produção (economia de escala na indústria), quer porque há diminuição da margem de lucro (economia de escala geralmente encontrada no comércio)”.

Corroborando o entendimento supramencionado, em julgado, o Tribunal de Contas da União, quando decidiu pelo indeferimento de pedido de divisão do objeto licitado em itens, por considerar que a reunião do objeto em um único item, **desde que devidamente justificada pela área demandante ou pelo pregoeiro**, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade. (*Acórdão 1.167/2012 – TC 000.431/2012-5 – TCU – Plenário – Relator: José Jorge*). Essa mesma Corte se pronunciou através do *Acórdão nº 732/2008*, no seguinte sentido:

" ... a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto".

Dessa forma, verifica-se que o entendimento do Tribunal de Contas tem sido o de que a divisão do objeto em itens distintos deve ser auferida sempre no caso concreto, devendo ser aplicada a opção mais vantajosa para a Administração Pública, desde que não haja restrição à competitividade.

No presente caso, compreendemos que o agrupamento de diversos itens em um lote não irá comprometer a competitividade do procedimento, inclusive, acreditamos que tal agrupamento irá resultar em considerável ampliação da competitividade, pois os valores se tornarão mais atraentes aos proponentes, devendo assim aumentar a probabilidade de que a Administração venha a celebrar contratos mais vantajosos, tendo em vista que ela receberá mais propostas, beneficiando a eficiência dos contratos administrativos, e mais,

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
	<p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
<p style="text-align: center;">TERMO DE REFERÊNCIA</p>		

função dos proponentes que não possui uma estrutura ou porte adequado a qual se faz necessário para a efetivação de fato dos serviços a qual se pretende obter, caso contrário a administração pública seria seriamente afetada pelo rompimento do fornecimentos dos insumos.



É importante salientar ainda que esta Administração pretende adquirir o fornecimento que de modo geral, seu contexto é da mesma natureza, tendo a certeza que aglutinando os itens em lotes distintos poderá gerar aos licitantes ganhadores uma maior economia de escala que, certamente, será traduzida em menores preços em sua proposta global.

A principal intenção desta comissão é realizar o processo em lote justificando-se pelo **Princípio Da Economicidade** que vem expressamente previsto no art. 70 da CF/88 e representa, em síntese, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível. É a união da qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos, deve-se atentar para a necessidade de avaliação abrangente de custo da contratação, incluindo também os custos indiretos, tais como: elaboração das especificações, Termos de Referências e Editais, que consome muito esforço de um conjunto de profissionais.

O **segundo princípios seria da Eficiência** que se apresenta neste caso pelo fato de propiciar um gerenciamento eficiente e racionalizado dos recursos públicos, reduzindo as despesas administrativa, evitando a elaboração de um número excessivo chamadas, homologações, extratos de contrato, além da economicidade de tempo e agilidade na aquisição dos serviços solicitados, obtenção de proposta mais vantajosa para a administração. Ademais, a pesquisa de mercado realizada comprova que as empresas fornecem o objeto proposto, não ocasionando restrições na concorrência ou competitividade do certame.

Os itens agrupados em lotes serão fundamentais para garantir o adequado fornecimento as unidades hospitalares sob gestão direta da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará. Esta configuração é essencial para manter a continuidade dos serviços médicos, visto que as especificidades técnicas e logísticas inerentes ao objeto elevam o nível de complexidade operacional, exigindo um alto padrão de execução. Além disso, os itens possuem a mesma natureza e são utilizados para uma única finalidade, justificando a adoção do critério de licitação por lote.

A escolha pela licitação em lote, nesse caso, propicia maior controle, gestão e fiscalização da execução contratual, garantindo transparência e economicidade na aplicação dos recursos públicos. A centralização do fornecimento possibilita um melhor acompanhamento dos serviços prestados, reduzindo riscos de inconsistências operacionais e otimizando a entrega dos produtos, o que se reflete diretamente na segurança e na qualidade do atendimento hospitalar.

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p> <p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
TERMO DE REFERÊNCIA		


Sob a ótica técnica, considerando a distribuição das unidades hospitalares da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, é necessário adotar um critério que atenda de maneira equitativa todas as unidades, independentemente do porte ou da localização. A fragmentação da licitação em itens isolados poderia resultar na falta de interesse de fornecedores em atender unidades de menor consumo, comprometendo a competitividade e aumentando o risco de fracasso de determinados itens no certame. Dessa forma, fica evidente a inviabilidade do fracionamento, sendo mais vantajoso estruturar o procedimento em lotes.

No presente caso, a licitação por lote mostra-se a alternativa mais eficiente sob o ponto de vista técnico-operacional, pois garante a padronização na execução do fornecimento, mantendo um único fornecedor responsável pela gestão e execução do contrato. Esse formato confere à Administração um controle mais rigoroso sobre o cumprimento das obrigações contratuais, favorecendo a interação entre as etapas de execução do objeto e permitindo um monitoramento mais eficaz dos prazos e da qualidade dos serviços prestados. A unificação da responsabilidade por toda a execução do contrato também facilita a exigência do cumprimento das obrigações, garantindo maior segurança jurídica à Administração.

Ademais, os serviços contemplados no certame possuem a mesma natureza e estão diretamente interligados, justificando tecnicamente a adoção desse modelo de julgamento. Assim, não há que se falar em restrição à competitividade, uma vez que a configuração por lotes não impõe barreiras desproporcionais à participação de potenciais fornecedores, mas sim otimiza a gestão contratual e assegura a qualidade na execução dos serviços.

Superada a questão técnica, passa-se à análise da viabilidade econômica. A adoção de lotes para este certame é a solução mais vantajosa sob a perspectiva financeira, pois a centralização do fornecimento reduz custos operacionais, logísticos e administrativos, refletindo diretamente na redução do valor final do contrato. A uniformização da contratação de serviços e produtos por um único fornecedor gera ganho de escala, impactando positivamente no desconto ofertado pelas empresas participantes.

Outro aspecto relevante é a melhoria da eficiência administrativa na gestão dos contratos de fornecimento. A aquisição por lote permite que a Administração concentre a responsabilidade da execução contratual em um único fornecedor, unificando também os contratos de manutenção e assistência técnica, resultando em maior agilidade na resolução de eventuais problemas operacionais. Esse modelo favorece a administração pública, que passa a contar com um único interlocutor na fiscalização e no acompanhamento dos serviços, otimizando a coordenação das atividades e assegurando maior previsibilidade na execução contratual.

	<p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
	<p align="center">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>		

Dessa forma, a Administração justifica tecnicamente e economicamente a decisão pela adoção da licitação por lote, garantindo a maximização dos descontos obtidos pelas empresas concorrentes devido à economia de escala, bem como a otimização na gestão do contrato. Além disso, a divisão em itens isolados poderia comprometer o fornecimento de unidades hospitalares com menor demanda, especialmente em casos de atrasos ou descumprimentos contratuais, comprometendo a continuidade dos serviços de saúde prestados pela Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará.



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2118678

Anexo/Sequencial: 27

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Maurício Solon da Silva,

CPF: ***.191.992-**

Em: 24/03/2026 15:37:49

Aut. Assinatura: 5445a8219d6c6d4dc84e309163b5703ade54b2f5046f7333b31db6b562cb6d11



Identificador de autenticação: e563dde0-46e4-4ace-8371-127012f87eb5

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>